

## ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia doze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dez minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **41ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença registro: Gian Guglielmelli (SES/MG), Alice Matos (SRS Governador Valadares/MG), Ana Rosa Linde Arias (FGV/MPF), Anne Caroline Luz Grudtner da Silva (Ministério da Saúde), Canuta Rosa Barbosa (Prefeitura de Belo Oriente/MG), Carlos Eduardo Silva (SRS Ponte Nova - SRS/MG), Felipe Leite Nisiyama (Ministério da Saúde), Luciene Costa (SETADES/ES), Iara Campos (Ministério da Saúde), Ivan Ferreira Brum (Prefeitura Resplendor/MG), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Rosemara Santos da Silva (SRS Coronel Fabriciano/MG), Thaís Cavendish (Ministério da Saúde), Eder José Silva (SRS Coronel Fabriciano), Roberto Laperrière (SESA/ES), Rodrigo Leite (SMS Rio Doce/MG), Mércia Paglioto (Comissão de atingidos de Barra Longa), Marilene Romão Gonçalves (Prefeitura de Mariana/MG), Sergio Lubiana (Vigilância Ambiental – Linhares/ES), Silvia Reis (Ministério da Saúde), Thaís Motta Veiga (Ministério da Saúde), Marina Sacramento (SEPLAG/MG), Cláudia Laureth (FLACSO), Dandara Silva Cabral (ATI ASPERQD), Aline Pacheco (ATI AEDAS), Bruna de Carvalho (ATI AEDAS), Jadilson Oliveira (CRQ Degredo); Luciana Oliveira (Comissão de atingidos); Brigida Gusso Maioli (Fundação Renova), Fernanda Gomide Viegas (Fundação Renova), Gilson da Silva Dias Junior (Fundação Renova), Igor Alexandre Campos Damiani (Fundação Renova), Kelly Cavalete Cardoso (Fundação Renova), Marcelo Sacco (Auditoria Ernest Young), Olyverson Lyra Porto (Fundação Renova), Paula Cambraia de Mendonça (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves (Fundação Renova), Ronize Gomes do Nascimento (Fundação Renova), Anderson Almeida Pacheco (Fundação Renova).

Verificado o quórum de instalação o coordenador, sr. Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos como detalhado a seguir:

<b>Pauta Geral - Restrita</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<b>1. Pauta Geral:</b> <b>a) Apresentação participantes;</b> <b>b) Aprovação da Ata 40ª RO da CT-Saúde.</b>	A coordenação registrou que todas as considerações foram inseridas no documento enviado juntos com os documentos dessa reunião. Na sequência, questionou que havia considerações à última versão da ata da 40ª RO da CT-Saúde, registro que não houve manifestações. <u>Levada à deliberação, registro aprovação da Ata da 40ª Reunião Ordinária da CT-Saúde.</u>
<b>Encaminhamento E41.1</b>	<b>O secretariado deverá encaminhar a ata aprovada para Publicação no site do IBAMA/CIF.</b>
	<b>Item “a”:</b> Roberto Laperrière informou que foi aprovada a NT 53/2021 da CT-Saúde que aprova o Relatório Final do estudo de

<p><b>2. Informes GTs:</b></p> <p><b>a) GT-Estudos: Informes Estudos.</b></p> <p><b>b) GT-Água:</b></p> <p><b>• 9º Boletim Trimestral PMQACH;</b></p>	<p>Avaliação de Risco à Saúde Humana realizado no município de Linhares/ES e que serão tratados os encaminhamentos trazidos na Deliberação CIF nº 504, seguindo as recomendações dos estudos.</p> <p>Informou ainda, que considerando a NT nº 49 da CT-Saúde e a Deliberação CIF nº487, foi determinado a constituição de um grupo técnico composto pela CT-Saúde e secretarias de Minas Gerais e Espírito Santo para elaboração do TR para continuidade dos estudos de avaliação de risco. Disse que o GT-Estudos fez a proposta do TR pela CT-Saúde e encaminhou para as secretarias dos estados e estão alinhando a realização de agenda para discussão do documento apresentado.</p> <p>Registrou que as outras pautas do GT-Estudos que necessitam avançar nas discussões, a exemplo do Biobanco e os Planos de Ação em Saúde dos municípios, serão colocadas em pauta nas próximas reuniões.</p> <p><b>Item “b”:</b> Alice Matos informou que este boletim é o último trimestral e que o próximo será quadrimestral. Destacou que houve pelo menos um dado insatisfatório em todos os municípios. Ponderou que a nova modalidade do boletim não será por localidade e sim por pontos de monitoramento. Na sequência, apresentou a NT nº 54/2021. Registro que a apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Alice Matos registrou que a Fundação Renova enviou questionamentos à NT, mas estes já foram debatidos em reunião, mas que não houve consenso. Registrou manifestação do GT-Água para envio da NT 54 na íntegra para deliberação no âmbito CIF e os pontos em dissensão devem ser encaminhados ao IAJ para dirimir os conflitos.</p> <p><u>Registro que houve manifestação favorável dos membros ao encaminhamento trazido pela coordenadora do GT-Água.</u></p> <p>Jadilson Oliveira questionou se no território de Degredo é possível o monitoramento individual e quando o SAA for implementado fazer a migração para o coletivo, e se há impedimento formal para a possibilidade levantada. Alice Matos ponderou que, por conta da pandemia, todos os pontos individuais foram suspensos, mas diversas coletas foram realizadas dentro dos pontos de Degredo e a suspensão é devido a pandemia. O representante da comissão de atingidos de Degredo ponderou que as coletas do território são feitas na parte externa das residências.</p> <p>Roberto Laperrière disse que especificamente para os pontos do Degredo a FR fez um acordo com o estado do Espírito Santo e a deliberação CIF nº 202/2018, que determinou a distribuição de água mineral para a comunidade, pois os poços, em sua grande maioria, deram contaminação por arsênio e/ou outros minerais. Registrou</p>
---	---

- Nota técnica sobre a Revisão dos 2 anos do PMQACH;

que foi orientado que a população não utilizasse a água para nenhuma espécie de consumo.

Jadilson Oliveira informou que o contrato com a empresa que fornece água mineral para a comunidade vence em julho de 21 e que foi lançado novo edital que prevê o abastecimento com água mineral até dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais 06 meses. Roberto Laperrière falou que, senão estiver estabelecida a solução definitiva do abastecimento, provavelmente o contrato com o fornecedor de água será revisto

Levada à deliberação, **registro aprovação da NT nº54/2021** da CT-Saúde.

Alice Matos fez leitura do ofício FR.2020.1491 (PG 38) apresentou a Nota Técnica em resposta ofício. Registro que a apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas.

- Nota técnica sobre a resposta ao Ofício FR.2020.1491 (PG 38);

Alice Matos disse que participou de uma reunião InterCT com a CT-SHQA, desta resultou no encaminhamento de elaboração de NT Intercâmaras. Registrou que após aprovação na CT-Saúde, a NT nº 55/2021, o GT-Água apresentará na CT-SHQA para consolidarem um documento único. Ponderou que será elaborado um documento com as respostas à Fundação Renova e após será enviada ao CIF para deliberação.

Levada à deliberação, **registro aprovação da NT nº55/2021** da CT-Saúde.

- Nota técnica sobre as orientações para o tratamento de água em SAC/SAI;

Jaqueline Francischetti apresentou a Nota Técnica nº 55/2021 da CT-Saúde, que traz Recomendações técnicas e Orientações para o tratamento de água em SAC/SAI. Registro que a apresentação consta em memória de áudio/vídeo e está disponível para eventuais consultas. Sergio Lubiana destacou a importância dos postos de educação em saúde que atuam nas comunidades orientando tanto perfuração dos poços como o acondicionamento dos galões de água. Considerou que a elaboração de NT com orientação educacional às comunidades é o ideal, mas que estando dentro de uma NT já aprovada é importante para a sequência do projeto.

Dandara Cabral disse que na 40ª RO da CT-Saúde, a ATI ASPERQD apresentou algumas ações em saúde e meio ambiente no território de Degredo e uma das ações é a educação em saúde relacionada ao recebimento e armazenamento da água mineral. Informou que foi realizada visita à empresa que fornece água para a comunidade de Degredo e foram produzidas cartilhas e vídeos informativos. Destacou a preocupação da comunidade, pois a água mineral é usada para todas as atividades do cotidiano na comunidade e os 15lts fornecidos já não é o suficiente e ainda está correndo o risco de ter esse fornecimento interrompido.

	Levada à deliberação, <b>registro aprovação da NT nº56/2021</b> da CT-Saúde.
<b>Encaminhamento E41.2</b>	<b>Registro que será solicitada pauta na 54ª RO do CIF para apresentação da NT nº 54/2021 da CT-Saúde. A coordenação deverá enviar consulta ao IAJ sobre a temporalidade do plano da NT nº 54/2021.</b>
<b>Encaminhamento E41.3</b>	<b>Registro que a NT nº 55/2021 da CT-Saúde foi aprovada nesta reunião e a coordenadora do GT-Água, sra. Alice Matos, seguirá para apresentação na CT-SHQA para incorporar a NT InterCT.</b>
<b>Encaminhamento E41.4</b>	<b>Registro que a NT nº 56/2021 da CT-Saúde será enviada à pauta da 54ª RO do CIF.</b>
<b>Inclusão de Pauta:</b>	<p>Marilene Romão disse que o GT-Planejamento iniciou a análise dos documentos enviados pelos municípios. Informou que o GT-Planejamento está trabalhando na finalização da NT de Revisão do escopo do PG 14 e do orçamento 2021 da FR e que neste mês acontecerá a próxima reunião. Informou que as pautas que estão pendentes serão reavaliadas e que retornarão à pauta em breve.</p> <p><u>A coordenação informou que o secretariado entrará em contato com todos os membros da CT-Saúde que não estão compondo nenhum GT para que sejam incluídos em algum dos grupos. Frisou a necessidade de cada membro colaborar em um grupo para maior celeridade das discussões tratadas pela CT-Saúde.</u></p>
<b>Informe GT-Planejamento:</b>	<p>Marilene Romão informou que o município de Mariana foi procurada pela FR para tratarem sobre as Capacitações. Disse que ela falou em nome do município e reforçou que não estava falando sobre os demais municípios. Frisou que Mariana não faz parte da regional de Ponte Nova.</p> <p>Roberto Laperrière disse que a FR procurou os municípios capixabas apresentando o material que seria aplicado nas capacitações, destacou que a FR registrou nas reuniões que as capacitações estão sendo feitas por liberalidade da própria FR. Disse que questionou a representante da Fundação Renova como seria feito o custeio dessa liberalidade deles, e foi informado que sairia dos recursos reparatórios e que estão enviando os termos de aceite para os municípios. Registrou o alerta do MPF de que se os recursos são reparatórios, obrigatoriamente devem passar pela aprovação em plenária da CT-Saúde e CIF. Ponderou que o que foi apresentado sobre as capacitações no âmbito CT não foi aprovado na integralidade. Disse que orientou aos municípios que aguardassem a orientação da CT-Saúde para assinar os termos de cooperação.</p> <p>Marilene Romão informou que o Termo recebido pelo município de Mariana informa que já há empresa contratada para realizar as capacitações e informa que todos os temas já foram discutidos na</p>

<p>a) <b>Capacitações (ciência de ofício enviado pela FR);</b></p> <p>b) <b>Reunião para finalizar oescopo do PG14).</b></p>	<p>CT-Saúde. Questionado se recebeu o ofício sobre as capacitações, Gian Guglielmelli respondeu que não. Marilene Romão disse que responderá o ao ofício via procuradoria do município.</p> <p>A coordenação disse que é prudente discutir a questão com a participação da FR, pois se é por liberalidade não se deve retirar o recurso das medidas reparatórias. <u>Frisou que quem determina o que é reparatório é o CIF e não a CT-Saúde.</u></p> <p>Roberto Laperrierè e Marilene Romão manifestaram que não são contra que as capacitações sejam disponibilizadas a todos os municípios, mas da forma que está proposto necessitam de atenção.</p> <p>Alice Matos informou que a SRS de Governador Valadares recebeu o ofício, mas o superintendente regional achou por bem passar para pelo setor jurídico para somente depois responder.</p> <p>Sergio Lubiana informou que teve contato com a representante da FR e que os municípios de Colatina e Marilândia já assinaram o termo e que já estão em contato com o secretário de Linhares e este mostrou favorável e vai assinar o termo de cooperaçã, mas considerando as preocupações levantadas nessa reunião vai orientar que o secretário aguarde orientação da CT-Saúde. Informou que no termo consta que se as capacitações migrarem para o ambiente presencial os custos com o deslocamento do pessoal será do município.</p>
<p><b>Encaminhamento E41.5</b></p>	<p><b>Marilene Romão deverá compartilhar o documento “Termo de Acordo das Capacitações” com a coordenação que compartilhará com os demais membros. Posteriormente esse tema será trazido para discussão na CT-Saúde.</b></p>
	<p>Gian Guglielmelli, abriu a palavra para o pronunciamento dos atingidos. Jadilson Oliveira trouxe a questão da falta de introdução dos atingidos e assessorias técnicas nos grupos de trabalho da CT-Saúde. Ponderou que as NTs discutidas nessa reunião poderiam ter sido enriquecidas com as contribuições dos atingidos e ATIs. Disse que não tiveram acesso prévio aos documentos dessa reunião. Destacou que participam nas demais CTs e CIF e a falta de participação nos GTs da CT-Saúde impossibilita a contribuição nos produtos produzidos pela CT. Criticou o fato de não receber os documentos desta reunião e por esta razão não consegue acompanhar a discussão com qualidade. <u>Registrou o pedido de participação dos atingidos em todos os âmbitos da CT-Saúde e seus GTs.</u></p> <p>Luciana Oliveira, corroborou a fala do representante da CRQ Degredo e disse que a falta de inclusão dos atingidos nas discussões dos GTs prejudicam a participação efetiva dos atingidos.</p> <p>Dandara Cabral solicitou o registro: <i>“Eu gostaria de entender porque a ATI ASPERQD e nem CQD foram convidadas para participar da</i></p>

**3. Pronunciamento dos atingidos**

*construção da NT 54. Pedimos várias vezes a participação no GT. No ponto de pauta de recomposição dos GTS da 34 RO da CT diz: Representantes dos atingidos e assessorias técnicas solicitaram participação nas reuniões do GTs. A discussão se prolongou e em suma ficou acordado que quando as reuniões dos Grupos de Trabalho são restritas à participação dos membros da Câmara Técnica, de forma que os momentos de elaboração de documentos nos GTs sempre são restritos a participação dos membros, mas em momentos de discussão no GT, poderá ser estendido o convite aos atingidos e assessorias. Registro que os documentos elaborados pelos grupos de trabalho não são aprovados pelos membros do GT, mas sim nas reuniões ordinárias da CT, em que há participação irrestrita de atingidos e assessorias técnicas, que podem contribuir nas discussões”.*

Aline Pacheco ponderou que a postura da CT-Saúde mudou, pois antes os atingidos e ATIs participavam das discussões dos GTs da CT-Saúde. Gian Guglielmelli respondeu que o posicionamento da coordenação da CT-Saúde não mudou e fez leitura do trecho da ata da 34ª RO da CT-Saúde, em que a secretaria executiva do do CIF, sra. Moara Menta, “Lembrou que a participação das assessorias se dá por indicação das pessoas atingidas, e que toda a documentação que será discutida nas reuniões é repassada para os membros da CT e as assessorias não são membros da CT, e por esta razão essa comunicação está sendo avaliada pelo setor jurídico e assim que tiverem uma resposta será comunicada”.

Gian Guglielmelli disse que até o momento a coordenação da CT-Saúde não recebeu nenhum retorno da SECEX, e essa matéria está sob análise do CIF, ponderou, com base no artigo 43, §15 do RI, por não haver fato novo que motive a rediscussão do tema, não será retomado o debate sobre matéria vencida.

Jadilson Oliveira ponderou que mesmo em matéria vencida o atingido pode se manifestar pois está no momento de fala. Destacou que a participação dos atingidos em todo o âmbito CIF/CT é premissa para o processo de reparação. Registrou que vai provocar o CIF e sendo necessário irão até Brasília em busca do direito de reparação. Dandara Cabral considerou que por ainda não ter posicionamento do CIF, irá reenviar o ofício de indicação dos atingidos para serem membros da CT-Saúde e solicitou que a coordenação provoque o CIF para que esta resposta chegue o quanto antes. Se colocou à disposição para ajudar a CT-Saúde na produção dos documentos. Cobrou empatia da coordenação.

A coordenação informou que recebeu o ofício da ATI e de pronto remeteu ao CIF solicitando posicionamento e, inclusive na 34ª RO da CT-Saúde a sra. Moara Menta informou que recebeu a demanda da ATI ASPERQD. Registrou que a coordenação tem empatia sim pelos atingido e respeito pelo trabalho realizado pelas ATIs e por esta razão convidou a secretaria executiva do CIF, sra. Moara Menta, e o representante do IAJ/CIF, dr. Marcelo Kokke, para tratar

	<p><u>diretamente com os atingidos e assessorias as questões levantadas sobre a participação e recepção dos documentos em atenção à fala dos atingidos e ATIs.</u> Registrou que a coordenação já se movimentou para trazer nesse ambiente retorno à solicitação dos atingidos e ATIs.</p> <p>Thaís Cavendish questionou se há possibilidade dos atingidos e ATIs receberem os documentos produzidos pelo GT-Água, a coordenação frisou que o Regimento Interno estabelece as formas de participação e nesse sentido é facultado aos coordenadores dos GTs convidarem os atingidos e ATIs para participação na qualidade de convidados e não como membros o que difere das solicitações que estão ocorrendo.</p>
--	--

Registro que a reunião se encerrou às dezesseis horas e quarenta e sete minutos do dia doze do mês de maio de dois mil e vinte e um.

No dia treze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e dez minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte pública da 41ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados. Verificado o quórum de instalação, o coordenador suplente da Câmara Técnica de Saúde, sr. Roberto Laperrière, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos como detalhado a seguir:

<b>Pauta Geral - Pública</b>	
<b>Pauta</b>	<b>Discussão</b>
<p><b>1. Informes Gerais:</b> a) <b>Apresentação dos participantes;</b> b) <b>Aprovação da Ata da 40ª RO da CT-Saúde.</b></p>	<p>Roberto Laperrière, informou que foi aprovada a Ata da 40ª da Reunião Ordinária da CT Saúde, e esta seguirá para publicação no site do IBAMA/CIF.</p>
	<p>Alice Matos apresentou a Nota Técnica nº 54, informou que a versão apresentada contempla os comentários enviados para sra. Brigida Maiolli. Registrou que a NT nº 54 atende as orientações da Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021.</p> <p>Ponderou que a CT-Saúde orienta a continuidade das coletas do PMQACH até que complete as 24 coletas (02 anos de monitoramento) e que o mesmo sistema de monitoramento deve ser adotado nos pontos de coleta individual. Disse que novos pontos poderão ser incluídos mediante deliberação.</p>

**2. Pauta Geral:**

Jaqueline Francischetti, salientou que pontos que não tiveram resultados satisfatórios foram retirados. Ponderou que o fato do boletim ser extenso não prejudica o acesso dos interessados, uma vez que todos vão direto ao ponto de interesse. Registrou que os boletins deverão ser publicados no portal do monitoramento do rio Doce. Informou que, em reunião interGT, com a participação dos membros da CT-SHQA foi defendido a publicação no site do rio Doce para que seja unificada a informação sobre a qualidade da água.

Disse que a NT nº 54 traz a estrutura do relatório anual e destacou que o programa de Capacitação deve ocorrer a cada 04 anos, conforme especificações da nota técnica. Registrou que a NT nº 54/2021 foi aprovada em plenária da CT-Saúde na reunião.

Alice Matos disse que a Fundação Renova defendeu os pontos da cláusula 171, mas a deliberação CIF nº129 justifica a inclusão de novos municípios e localidades. Roberto Laperrière informou que os pontos da NT nº 54/2021 que estão em desacordo com a Fundação Renova serão levados ao IAJ.

Brígida Maiolli questionou se os pontos enviados pela FR serão respondidos pontualmente pois considera que a NT apresentada não tem a justificativa/respostas aos questionamentos levantados. Roberto Laperrière registrou que recebeu os apontamentos e, considerando que nas reuniões não foi possível o consenso e no âmbito técnico a CT-Saúde discorda da maioria dos pontos levantados pela FR, para dirimir os conflitos, os pontos incontroversos serão levados ao IAJ para posicionamento no âmbito CIF.

Brígida Maiolli disse que a equipe tem alguns pontos e gostaria de apresentar para a CT para, se possível, responder no ato sem a necessidade de aguardar a manifestação do IAJ. Questionou qual o objetivo do PMQACH, já que o termo: “é uma ação fundamental para detectar alterações na qualidade da água que possam ter consequências negativas para a saúde da população” é um objetivo muito genérico e deveria estar atrelado aonexo causal, senão o PMQACH é ampliado de forma impossível de ser absolvido pela FR. Disse que a Deliberação CIF nº 129/2017 trouxe a possibilidade de inclusão de novas localidades, mas não trouxe a justificativa técnica para ampliação do monitoramento.

Destacou que o monitoramento indicado na Deliberação CIF nº 129/2017 foi realizado e, os dados apresentados indicam que a contaminação é causada pela falta de saneamento sanitário e de fato não temnexo causal direto com o rompimento, por esta razão os questionamentos foram feitos com base nos termos que estrapolam a cláusula 171 do TTAC e da Deliberação CIF nº 129/2017. Salientou que não entenderam qual concordância que a CT-Saúde

**a) Nota técnica sobre a revisão dos 2 anos do PMQACH;**

utilizou, pois mantiveram alguns pontos de SAIs e retiraram outros. Reiterou o questionamento sobre o objetivo.

Alice Matos disse que a NT nº54 é um documento de revisão e o objetivo do plano de monitoramento em si não se desfez. Ponderou que a discussão é sobre os pontos que foram trazidos após esses 02 anos de monitoramento e os dois objetivos foram colocados de forma geral para simplificar o entendimento da população. Reforçou que a NT nº 54 não “rasga” o Plano de Monitoramento.

Sobre os pontos individuais, disse que houve diálogo com todos os municípios e que Degredo optou por continuidade do monitoramento dos SAIs e, em respeito à Deliberação CIF nº 494/2021, foi solicitado a continuação dos pontos do Degredo.

Jaqueline Francischetti, ponderou que o setor saúde trabalha com o conceito de risco adicional, isso porque muitas das doenças por agravo à exposição química podem nem ser comprovadas pelo estabelecimento de nexos causais. Lembrou a Deliberação CIF nº 487/2021 que exclui a necessidade de comprovação do nexo de causalidade entre os danos à saúde e o rompimento, uma vez que o dano é derivado do risco à exposição.

Dandara Cabral reforçou a fala da representante do Ministério da Saúde e ponderou que o dano será comprovado com os dados coletados pelo monitoramento. Reforçou que a investigação é feita a partir do monitoramento e o nexo causal não pode ser premissa para monitorar ou não os pontos. Criticou a baixa produção de conteúdo da Fundação Renova sobre os danos causados pelo rompimento. Manifestou concordância com os pontos apresentados pela NT nº 54/2021 da CT-Saúde.

Brígida Maiolli disse que é necessário entender os argumentos técnicos, e que embora a Fundação Renova não esteja vinculando as questões de risco à saúde como nexo causal, ainda assim irão continuar “batendo nessa tecla” por entender que foram criados com o objetivo de identificar os danos decorrentes do impacto do rompimento e atuar na reparação deles. Sobre a retirada e inclusão de pontos de monitoramento, questionou se houve manifestação dos municípios em apoio ao posicionamento da CT-Saúde.

Brígida Maiolli destacou a importância de manifestação técnica fundamentada para as exclusões e inclusões de pontos pois precisam constar no plano de revisão do PMQACH. Frisou que é necessário que conste essa informação na NT. Alice Matos disse que é necessário completar as 24 coletas para ter um histórico mínimo e após a conclusão será elaborado um estudo que será apresentado às localidades e discutida a necessidade de continuidade do monitoramento, havendo necessidade será retomado os estudos em alguma localidade. Ponderou que justificar um por um de cada ponto é difícil. Disse que de um modo geral está pedindo a continuidade

das coletas nos pontos que é possível nesse cenário de pandemia e, os demais terminar as 24 coletas.

Destacou que quando a pandemia acabar será necessário retomar os diálogos com o municípios para saber se mantém o interesse de continuidade do monitoramento, disse que nem todos irão continuar pois terão que assinar novo termo de compromisso. Frisou que a solicitação é para que completem as 24 coletas e que após esse processo elaborarão a justificativa para a manutenção ou exclusão dos pontos.

Brígida Maiolli registrou discordância da Fundação Renova e reforçou necessidade de justificativa, disse que passam por processo de auditoria e as ações precisam ter rastreabilidade.

Ivan Brum, criticou o posicionamento adotado pela Fundação Renova e reforçou que o trabalho apresentado na NT nº 54 foi fruto de cooperação de todo o grupo do GT-Água. Manifestou apoio ao encaminhamento da CT-Saúde de envio da discussão para saneamento e posicionamento do IAJ.

Brígida Maiolli disse que solicitou que o encerramento do PMQACH fosse atrelado ao encerramento das 24 coletas. Roberto Laperrière ponderou que este é mais um ponto que será levado ao IAJ, pois a discussão no âmbito CT não chegou ao consenso. A representante da Fundação Renova questionou qual o prazo de encerramento dos boletins e dos relatórios, considerou que não é possível elaborar o boletim com 60 dias após o término da campanha e por esta razão indicaram 90 dias. Jaqueline Francischetti disse que este ponto foi acatado pela NT.

A representante da Fundação Renova ponderou sobre a necessidade do boletim conter as informações coletadas em todos os pontos de monitoramento, mas há discordância da Fundação Renova sobre os pontos de SAI e essa discordância segue em relação ao boletim. Sobre a publicação do boletim no portal, disse que teve reunião do o GTA-PMQQS e a CT-SHQA e esse ponto não foi discutido, considerando que a informação que ocorreu uma InterCT que discutiu o tema, solicitou maiores informações sobre esse encaminhamento.

Alice Matos respondeu que a discussão foi levada pois o programa de monitoramento do PG38 está abarcado na CT-SHQA, o objetivo é disponibilizar no site todas as informações sobre água e não somente do PMQQS. Destacou que a sugestão partiu da CT-SHQA para que os dados estivessem disponíveis no Portal do Monitoramento, sem especificação de ser água bruta ou tratada. A representante da Fundação Renova questionou como será disponibilizado esses dados no site, ponderou que a Deliberação CIF nº 455/2020 determina que a FR não pode fazer nenhuma intervenção no site sem NT elaborada pelo GTA-PMQQS, por

	<p>solicitação da CT-SHQA e ser deliberado CIF, uma vez que o site foi criado para contemplar informações do PMQQS.</p> <p>Fernanda Viegas disse que as informações do boletim é referenciada por códigos e se o objetivo é facilitar a informação/acesso das pessoas ao boletim, não é possível identificar os SAIs pelo nome do ponto ou local de coleta devido ao sigilo das informações. Ponderou não identificar a necessidade de produzir um boletim para facilitar as informações sendo que os dados estão todos em código.</p> <p>Alice Matos lembrou que no cenário atual de pandemia os pontos de SAI estão com as coletas suspensas, e que essa preocupação será discutida a partir da 17ª planilha mais os pontos de Degredo, mas será informado para cada ponto de coleta individual o código de identificação, para que possam localizar os dados no boletim.</p> <p>Fernanda Viegas ponderou que a revisão é vigente por dois anos e que essas informações devem contar no documento para que seja realizado no período de vigência do plano de monitoramento e não necessite de revisão, frisou que o documento deve ser sólido, válido para os diversos cenários. Alice Matos frisou que o plano é sólido e será vigente por dois anos.</p> <p><u>Brígida Maiolli informou que após aprovação da NT 54/2021 a FR irá se posicionar tecnicamente contrária. Registrou a discordância da FR com relação aos pontos do PMQACH e os pontos do boletim. Sobre a publicação dos boletins no site de monitoramento do PMQQS, informou que não será possível atender a solicitação uma vez que a Deliberação CIF nº455/2020 determina fluxo próprio para inclusão das informações.</u></p> <p>Alice Matos registrou que será elaborada NT InterCT que será incluído os dados do PMQACH no site do PMQQS. Paula Souza questionou qual será o fluxo de apresentação da NT nº 54 para manifestação da FR, Roberto Laperrière informou que a parte técnica da NT será encaminhada na íntegra para o CIF com pedido de vistas e manifestação pelo IAJ com relação às divergências. Registrou que a CT-Saúde solicitará aprovação na NT nº 54/2021 no âmbito CIF.</p>
<p><b>3. Pronunciamento dos atingidos.</b></p>	<p>Roberto Laperrière abriu a palavra para o pronunciamento dos atingidos. Dandara Cabral solicitou envio dos documentos a serem debatidos em RO com antecedência aos atingidos e assessorias para conhecimento prévio das discussões. Disse que no momento da reunião os documentos são passados “bem rapidinho” impossibilitando preparo das ATIs na orientação dos atingidos assessorados.</p> <p><u>Registro que não houve manifestação dos atingidos.</u></p>

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador suplente da CT-Saúde, sr. Roberto Laperrierè, agradeceu a presença de todos e, às dez horas e quarenta minutos, do dia treze de maio de dois mil e vinte e um, deu a reunião por encerrada.

**Registro que a presente ATA foi aprovada na 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um.**



**Clycia de Almeida Ferreira**  
Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde

**Gian Gabriel Guglielmelli**  
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde